

## EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: NARRATIVAS DOS SUJEITOS DA CIDADE DE CAMAQUÃRS

LUCIA HELENA KMENTT COSTA<sup>1</sup>; PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> CRISTIANNY BENTO BARREIRO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – e-mail [luciacosta@ifsul.edu.br](mailto:luciacosta@ifsul.edu.br)

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – e-mail [crisbbarreiro@gmail.com](mailto:crisbbarreiro@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Desde 2005, estão sendo construídos câmpus dos Institutos Federais, aumentando expressivamente a oportunidade de inserção de alunos em cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, licenciaturas, cursos superiores de tecnologia e pós-graduação. Este programa de expansão tem a finalidade de colaborar para a modificação educacional e social na perspectiva de cada indivíduo e contribuir para que as regiões, em que não há acesso a esse tipo de educação, possa desfrutar e disseminar conhecimento e pesquisa. O Governo Federal, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou 38 Institutos Federais, compondo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), com o propósito de reordenar o modelo de instituição federal que oferta educação profissional com a experiência das antigas Escolas Técnicas Federais (ETFs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

No Rio Grande do Sul, temos três institutos: o Instituto Federal Rio Grande do Sul, o Instituto Federal Farroupilha e o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), sendo este último o objeto desta pesquisa. Estas instituições oferecem programas para promover ensino e pesquisa, proporcionando educação desde o nível básico à pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. O IFSul é composto atualmente por catorze câmpus, dos quais, dez encontram-se em plena atividade e quatro em processo de implantação.

O programa de Expansão do Ensino Técnico no Brasil consiste em um sistema integrado, com público alvo camadas da população de baixa renda, trata de política pública de articulação entre a Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC/MEC) e Prefeituras interessadas em ensino de qualidade e gratuito com vistas à ampliação de educação profissionalizante. Neste contexto, destacamos conforme (KUENZER, 2003, p.63), “...o planejamento educacional deverá basear-se em uma concepção de totalidade da realidade a ser transformada.”

Assim, o Governo Federal articula a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam parcerias governamentais, seja federal e/ou municipal, com comunidades e demais organizações de cada município, viabilizando mecanismos alternativos para o fomento da implantação e execução de cursos técnicos de nível médio e em segundo momento cursos de graduação e pós-graduação.

Ao implantar uma política pública de Educação Profissional, em locais estratégicos, percebe-se que estão sendo proporcionados programas com altas tecnologias, que beneficiam e estimulam o desenvolvimento dos cidadãos, municípios e regiões. Evidencia-se como eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino e qualificação dos indivíduos, como também, exercem papel considerável na requalificação do quadro de professores e servidores técnico-administrativos. Em razão disso, ocorre o fortalecimento da escola, especialmente no interior do Brasil, minimizando a saída dos cidadãos de

suas cidades origem e diminuindo o fluxo migratório para os grandes centros corroborando com Acácia Kuenzer quando diz “...a população, que vive os problemas no seu cotidiano e os identifica com clareza, não possui conhecimento específico que lhe permita transformar a situação em que vive...”, (KUENZER, 2003, p.62).

Desta maneira, ao realizar estas políticas na área educacional, o governo federal abre oportunidades para milhões de jovens e adultos. A Portaria nº 208 de 1º de dezembro de 2006, da SETEC/MEC, nomeou Grupo de Trabalho para compor o Documento Base, fundamentando a criação do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em que diz:

[...] o que realmente se pretende é a formação humana, no sentido lato, com acesso ao universo dos saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. (Documento Base, MEC/SETEC, 2007, p.13).

Outras ações, em andamento, estão direcionadas a ampliação do acesso a educação e da permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que financia educação infantil ao ensino médio; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que propicia o maior programa de bolsas para ensino superior, alterando o cenário da universidade brasileira quanto a classe e a etnia; a Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferece cursos superiores a distância; implantação de novos campus universitários, novas Universidades e novos cursos, ampliando milhares de vagas públicas; a Escola Técnica do Brasil (ETEC) que oportuniza educação a distância, formação técnica para jovens residentes nas periferias dos grandes centros e em regiões isoladas; o Programa Escola de Fábrica que oferece a educação dentro do ambiente de trabalho; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) que atende inúmeros jovens; e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que expande a oferta de cursos de Educação Profissional.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho tem como base o Câmpus Camaquã do Instituto Federal Sul-rio-grandense, localizado na cidade de Camaquã/RS, em funcionamento desde 2010. Esta pesquisa assume assim, como objetivo geral, identificar o impacto originado pelo Programa de Expansão da Educação Profissional quanto às mudanças educacionais no município de Camaquã/RS, a partir das narrativas dos sujeitos envolvidos neste entorno. Para tanto, está sendo realizada uma pesquisa qualitativa (BÓGDAN & BIKLEN, 1994) com base nas narrativas de professores, discentes, técnico-administrativos, gestão e representantes da comunidade municipal. Para atingir o objetivo proposto estão sendo utilizadas estratégias de investigação como aplicação de questionários, entrevistas narrativas, levantamentos e análise de legislação e de material bibliográfico.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, começou-se por uma revisão bibliográfica, com vistas a melhor compreender o processo de expansão. Após, realizou-se um levantamento dos equipamentos e maquinários disponíveis na instituição, relacionando-os a quantidade e qualidade. A análise e observação dos estudos científicos desenvolvidos no campus, também irão compor as informações que ainda serão coletadas. A seguir, será estudada a Lei da criação dos Institutos Federais e em especial a do Programa de Expansão do Ensino Técnico, bem como todo o suporte normativo que legitima a educação profissional, leis, regimentos, instruções normativas, editais, convênios e outros termos de cooperação ou dispositivos legais firmados entre MEC, IFs e Prefeituras.

Entretanto, o Programa de Expansão da Educação Profissional, traz consigo a tentativa de impulsionar o ensino relacionado à educação e ao trabalho, o que poderá garantir desenvolvimento e oportunizar aos cidadãos, sua inserção no mundo do trabalho. Segundo Del Pino, *“...o mundo do trabalho sofre e produz pressões sociais, econômicas, políticas e culturais que agem em toda malha social, entendida não como uma população abstrata, mas como um conjunto de classes sociais...”* e ainda, *“...o uso da tecnologia não pode ser considerado como um mal em si mesmo, mas como uma relação social que serve a determinadas causas...”*, (DEL PINO, 2002, p.67).

Desta forma, esta pesquisa tem a intenção de mostrar o olhar dos cidadãos envolvidos e comprometidos com um projeto para as diversas camadas sociais, sujeitos do programa de expansão, vinculado à necessidade de ampliar a abrangência de ações educativas, não apenas a inclusão dessa sociedade desigual, mas também uma educação fundamentada em tecnologias de ponta, e ainda, as modificações geradas pela educação tecnológica, pesquisa, trabalho e socialização. Estes projetos têm que estar articulados e firmados na transformação escolar, com o intuito de construir diferentes propostas para um novo mundo possível, pois a educação não acontece somente na formalidade, mas também resulta de experiências vivenciadas em todos os espaços da comunidade. Neste sentido, destaca-se,

[...] processos de educação básica, formação técnico-profissional e de qualificação de caráter democrático, assumem um sentido histórico efetivo, [...], centrados na cultura do limite do desenvolvimento e orientados pela perspectiva do valor de uso [...], da ciência, tecnologia e do processo produtivo. (FRIGOTTO, 1998, p.49).

Vale destacar que o acesso à educação, à produção científica e cultural, até então, sempre estiveram limitadas ao privilégio das camadas mais favorecidas da sociedade. Para Frigotto, *“...dentro do embate de ampliação da esfera pública e o controle democrático na gestão da formação humana, há uma longa travessia no âmbito do ensino profissional...”*, (FRIGOTTO, 2010, p.201). Salienta-se que cabe ao Estado, além de disponibilizar a oferta de educação, ratificar o processo, quer pela avaliação da sociedade, quer pela experiência transformadora do processo educativo cultural e social e diferenciar metas necessárias à sociedade civil.

#### 4. CONCLUSÕES

Embora este trabalho se encontre no início, pensa-se ser possível a construção de um caminho, que demonstre a percepção de diversos participantes do processo de Expansão da Educação Profissional. Considera-se relevante avaliar a política pública não apenas pela ótica numérica ou midiática, mas dando

voz aos sujeitos ativamente envolvidos neste processo, que estão sendo ouvidos e que poderão ser norteadores de sustentação deste programa.

Ainda que, em uma simples análise, o programa mostre ser de enorme impacto educacional e social, entende-se que a pesquisa poderá permitir uma análise mais apurada acerca do que vem ocorrendo na região, permitindo entender se o ensino tecnológico tem efetivamente levado ao crescimento educacional, cultural e social e identificando as mudanças ocasionadas por todo este processo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Documento Base do Programa de Integração da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2007. Acessado em 16 de julho de 2014. Online. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)

BRASIL. Lei Nº 11.892/ 2008. Portal do Ministério do Planejamento. Acessado em 06 de maio de 2013. Online. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)

BÓDGAN, R. & BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

DEL PINO, M. Política educacional, emprego e exclusão social. In: FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. **A cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: Clacso, 2002. Cap. IV, p. 65-88.

FRIGOTTO, G. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito. In: FRIGOTTO, G. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século** (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Cap. I, p. 25-54.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

KUENZER, A. Z. **Política Educacional e Planejamento no Brasil: os descaminhos da transição**. São Paulo: Cortez, 2003.